

# Descrição de documentos fotográficos: aspectos teórico-metodológicos e modelo de aplicação<sup>1</sup>

Maria de Lourdes Vasques da Silva  
Mestre em Informação e Comunicação em Saúde;  
Departº de Arq. e Documentação-Casa de Oswaldo Cruz/  
Fundação Oswaldo Cruz  
[mvasques@coc.fiocruz.br](mailto:mvasques@coc.fiocruz.br)

Paulo Roberto Elian dos Santos  
Mestre em História, doutorando em História Social;  
Departº de Arq. e Documentação-Casa de Oswaldo Cruz/  
Fundação Oswaldo Cruz  
[elian@coc.fiocruz.br](mailto:elian@coc.fiocruz.br)

## Objetivos

- Discussão dos aspectos teóricos e conceituais, análise dos padrões metodológicos de organização e descrição de documentos fotográficos, e proposição de soluções que garantam e respeitem a proveniência<sup>2</sup> e as atividades responsáveis pela gênese documental.

## Metodologia

- Revisão da literatura arquivística para aprofundamento na discussão sobre as relações entre arquivo e as normas padronizadas para sua organização, referenciais básicos da pesquisa. A discussão conceitual arquivística - apoiou-se nos autores clássicos da área, como: Theodore Schellenberg (1980; 2004), Marilena Leite Paes (2004), Ana Maria Camargo (2003), Heloisa Bellotto (2002; 2004), André Ancona Lopez (1999; 2000) cujas opiniões estão fundamentadas nas especificidades e características dos arquivos, pensado não enquanto uma instituição propriamente dita, mas direcionado ao material produzido pela instituição.

- Levantamento das fontes textuais e iconográficas junto ao Departº Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz e junto à Biblioteca de Manguinhos, ambas unidades da Fundação Oswaldo Cruz. A contextualização dos documentos fotográficos,

---

<sup>1</sup> Artigo baseado na dissertação de Mestrado em Gestão da Informação e Comunicação em Saúde defendida em 2005 na Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca-ENSP da Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro.

<sup>2</sup> Princípio da proveniência, é o “princípio segundo o qual os arquivos originários de uma mesma instituição ou de uma pessoa devem manter sua individualidade, não sendo misturados aos de origem diversa”, Dicionário de Terminologia Arquivística, p. 61. Sobre esse tema ver HEREDIA HERRERA, A. El principio de procedencia, p. 3.

baseou-se no ‘Inventário do Fundo Souza-Araujo’<sup>3</sup>, preparado pelo Setor de Arquivos Pessoais do Departº de Arquivo e Documentação.

- Utilização da ‘técnica de observação’ do ‘*modus operandi*’ arquivístico. Era imprescindível que a partir de exemplos concretos e claros, se pudessem conjugar as questões teóricas e práticas, com a vantagem de situar as questões de forma mais fáceis e inteligíveis. Para tal, mapearam-se instituições ocupadas com o recolhimento e o tratamento de material característico de arquivo: o Arquivo Nacional, o Museu de Astronomia e Ciências Afins e o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

### **As questões teóricas e conceituais**

As formas de registro de ações e atividades acompanham e refletem, de maneira fiel, o desenvolvimento cultural e tecnológico da humanidade. Assim, neste início de século XXI, elas não só conservam mas inovam e também prenunciam as mais variadas formas de registro, assinalando os avanços obtidos em diversas áreas do conhecimento. A fotografia, juntamente com os discos e filmes cinematográficos surgidos na segunda metade do século XIX, tornaram-se ao longo do século passado presença constante em acervos institucionais e pessoais.

Estes registros em suportes não convencionais, na medida em que passaram a ‘aparecer’ junto aos documentos textuais colocaram para os profissionais de arquivo – e também para os historiadores – um novo desafio. Vistos como ‘novos documentos’ ou ‘documentos especiais’, estes conjuntos documentais tiveram tratamento diferenciado e desvinculado daqueles que deveriam acompanhá-los. Este tratamento ocorreu não apenas nas instituições produtoras, mas também nas instituições de custódia, como arquivos, bibliotecas e centros de documentação, responsáveis pela preservação e difusão desses materiais.

Como decorrência desta compreensão da existência de uma categoria ‘especial’ de documentos, o tratamento técnico de classificação e descrição percorreu, regra geral, caminhos metodológicos ‘não arquivísticos’, com base na argumentação de uma suposta ‘autonomia’ que os tornava mais compatíveis com as normas da catalogação biblioteconômica.

A organização dos arquivos enfrenta muitos desafios, particularmente na discussão da padronização das atividades metodológicas – procedimentos estes que englobam desde os preparativos de conservação dos materiais até a disponibilização dos inventários e

---

<sup>3</sup> Inventário do Fundo Souza-Araujo. Rio de Janeiro, Casa de Oswaldo Cruz. Departamento de Arquivo e Documentação. Setor de Arquivos Pessoais e de Outras Instituições, 1998.

outros instrumentos para os pesquisadores. Segundo André Lopez “a arquivística brasileira tem dado pouco relevo à formulação de procedimentos de arranjo e descrição de arquivos de natureza privada atendo-se, principalmente a partir da década de 1980, às orientações preconizadas pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas-FGV, formuladas para arquivos pessoais de políticos (1999, p. 17)”.

#### a) Arquivo, documento e documento de arquivo: aspectos conceituais

Nessa parte foram discutidos os conceitos de ‘arquivo’, ‘documento’, ‘documento de arquivo’ partindo da definição clássica do arquivista norte-americano Theodore Schellenberg, para o qual arquivos são: “os documentos de qualquer instituição pública ou privada que hajam sido considerados de valor, merecendo preservação permanente para fins de referência e pesquisa e que hajam sido depositados ou selecionados para depósito, num arquivo de custódia permanente (2004, p. 41)”.

Passando pela explicação de Heloisa Bellotto sobre ‘documento’: “suporte com uma informação, que poderá ensinar algo a alguém (2002, p. 22)”, esta autora tem um conceito bastante ampliado do que seria ‘documento’ pois considera que tudo que é produto da atividade humana, de relevância funcional, jurídica, científica, técnica, cultural ou artística, como: o livro, o artigo de revista ou jornal, o relatório, o processo, a carta, a legislação, a estampa, a tela, a escultura, a fotografia, o disco, a fita magnética, é um documento.

Na discussão sobre o contexto arquivístico Ana Maria Camargo coloca que o documento para ser considerado ‘documento de arquivo’ tem que ter como traço característico ser produzido de forma natural, por um imperativo de ordem prática, no âmbito do funcionamento de uma instituição, nascido para servir de prova da ação que o originou [...] “carregam a evidência de quem os produziu, não podendo ser interpretados sem o conhecimento das razões para os quais foram produzidos, das condições do qual se originaram (2003, p. 11-12)”.

Outros autores como Ana Maria Brandão & Paulo de Tarso Leme (1986), Marilena Leite Paes (2004), consideram que muitos dos documentos acumulados / gerados nos arquivos, devidos às suas características e seus suportes - pressupõem preservação e tratamento mais específicos – sendo categorizados como ‘documentação especial’. Nessa categoria esta incluída a ‘documentação audiovisual’ e \_ mais especificamente a fotografia.

As instituições de custódia \_ os arquivos e as bibliotecas \_ têm primordialmente em comum ‘os documentos’, entretanto a complexidade estaria em discernir quais as diferenças dos materiais de arquivo e de biblioteca. Para Theodore Schellenberg (2004) e Heloisa Bellotto (2004), essas diferenças referem-se especificamente ao modo pelo qual se originam e ao modo pelo qual ingressam para as respectivas custódias.

A importância dos métodos empregados pelos arquivistas e pelos bibliotecários para organizarem seus materiais também foi colocada. Na atividade de ‘classificação’, termo usado por ambos mas com significados inteiramente diversos, quando aplicado ao material arquivístico, significa o arranjo deste material de acordo com sua origem e em relação às funções da entidade criadora porém, com relação ao material bibliográfico, significa o agrupamento de diversas peças segundo um sistema lógico predeterminado (SCHELLENBERG, 2004).

Uma outra diferença nos métodos empregados pelos arquivos e bibliotecas para o tratamento de seus materiais é relativo à fase de descrição. No arquivo, a descrição dos documentos visa preparar os instrumentos pesquisa<sup>4</sup> que permitem a identificação do material. Similar à descrição, na biblioteca a ‘catalogação’ produz os catálogos com a identificação autor, título etc, o que permite ao usuário chegar a uma publicação.

Com relação ao material fotográfico \_ que pode se apresentar em forma de negativos, positivos e mesmo de reproduções impressas em livros, jornais \_ o que realmente vai definir se o documento fotográfico ou imagético deve ser considerado ‘documento de arquivo’ é a sua relação orgânica com seu produtor institucional.

Para André Lopez, na utilização do documento [textual ou não] como fonte deve-se empreender uma contextualização dos motivos de sua criação para que se possa discutir sua relação com o real. Isto significa dizer que “os arquivos fotográficos, para poderem ser qualificados como ‘institucionais’, devem ser obtidos sistematicamente na instituição no decorrer de suas atividades (2000, p. 97, 201)”.

“A inserção dos documentos fotográficos e dos demais documentos iconográficos em um arranjo arquivístico não significa desconsiderar suas especificidades, mas sim, entender as particularidades do documento arquivístico como mais importantes do que as especificidades de cada tipo de documento (LOPEZ, 2000, p. 211)”.

Para os documentos de arquivo - imagéticos ou não - “a compreensão de seus

---

<sup>4</sup>Instrumento de pesquisa, obra que identifica, localiza e transcreve fundos / séries documentais existentes num arquivo permanente, com a finalidade de controle e acesso ao acervo.

atributos representacionais depende de uma contextualização arquivística anterior (LOPEZ, 2000, p. 230)”.

b) A questão da descrição dos documentos arquivísticos: a Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística - ISAD(G) e iniciativas de sua aplicação no Brasil

A padronização das atividades dos arquivos é um instrumento fundamental para garantir a integração, o acesso e o intercâmbio das informações documentais produzidas nas instituições arquivísticas. Internacionalmente, essa normalização está corporificado na Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística - ISAD(G), elaborada pelo Conselho Internacional de Arquivos (CIA).

Com os arquivistas canadenses e ingleses iniciou-se na década de 1980, um processo de dúvidas e indagações: por que não adotar normas internacionais para tratar arquivos? Preocupação levada a efeito pelo Conselho Internacional de Arquivos (CIA), que designa em 1990 uma comissão *ad hoc*, com representantes de diversos países, para propor as referidas normas. (BELLOTTO, 2004).

No século XIX, no ‘Manual’ preparado pela Associação dos Arquivistas Holandeses, essa preocupação esteve ligada à preparação dos instrumentos de pesquisa: seria proveitoso usar-se sempre a mesma terminologia nos vários meios de busca. Já no século XX, a terminologia também chamou a atenção de Theodore Roosevelt Schellenberg, que considerava ser importante para a área, definir sua terminologia e aplicá-la consistentemente. (1980, p.83).

Heloisa Bellotto, considera que “do ponto de vista da teoria arquivística, o mais importante nessa norma é o respeito que ela permite aos princípios da proveniência<sup>5</sup> e da organicidade<sup>6</sup> (2004, p. 182)”.

Para André Lopez, a ISAD (G) é “uma referência primeira fundamental para a atividade de descrição, lembrando que tal tarefa não pode ser executada de maneira isolada em relação ao arranjo, e pode vir a constituir um importante instrumental para a descrição de documentos imagéticos [fotografias] (2000, p. 223-4)”.

E, ainda Theodore Schellenberg, ao tratar das técnicas arquivísticas, definiu o termo ‘descrição’ como a enumeração das qualidades essenciais de um objeto e, que nesse caso seria aplicável tanto aos documentos como a qualquer outro objeto.

---

<sup>5</sup> Princípio da proveniência – VER na página 1.

<sup>6</sup>Organicidade - qualidade segundo a qual os arquivos refletem a estrutura, funções e atividades da entidade acumuladora. Dicionário de terminologia arquivística. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros; Secretaria Estadual de Cultura, 1996. p. 57.

Deduz-se, então, que as informações obtidas e relativas ao documento, *quem* o produziu, *quando* e *onde* o fez, estão intrinsicamente ligadas ao princípio da proveniência. O que se objetiva com a descrição arquivística é identificar e explicar o contexto e o conteúdo dos documentos de arquivo a fim de promover o acesso aos mesmos.

Quanto as iniciativas da aplicação da ISAD (G) no Brasil, segundo Vitor Fonseca, a aplicação da norma ISAD(G) nas instituições arquivísticas brasileiras tem sido de difícil avaliação. A observação do autor baseia-se em um estudo feito pela Fundación Histórica Tavera, da Espanha, referente ao Brasil e realizado no final da década de 1990 (2004).

A partir de 2001, cria-se no âmbito do Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ, a Câmara Técnica de Normalização da Descrição Arquivística (CTNDA) com o objetivo de propor normas nacionais compatíveis com os padrões preconizados internacionalmente, incorporando experiências como o trabalho desenvolvido no Centro de Documentação e Informação Científica - CEDIC da PUC de São Paulo que desde de 1990, utiliza-se da ISAD (G) no tratamento do seu acervo, sendo o primeiro exemplo de emprego dessa norma no Brasil (ANDRADE & TESSITORE, 1998).

Pode-se também destacar o trabalho desenvolvido pelo Centro de Memória da Academia Brasileira de Letras- ABL, na década de 2003, que com a finalidade de padronizar seus instrumentos de pesquisa, preparou o *Inventário do Arquivo Euclides da Cunha*<sup>7</sup>, para mapear e revelar aos pesquisadores a documentação de e (sobre) Euclides da Cunha, existente no Arquivo dos Acadêmicos da ABL, onde se afirma que a produção do inventário segue a Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística - ISAD(G).

Como outra experiência da aplicação da norma internacional, pode-se citar a do Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST, um dos institutos de pesquisa do Ministério da Ciência e da Tecnologia - MCT. Essa instituição - que possui um acervo dos mais importantes do mundo no que se refere a instrumentos científicos, desenvolve ações reconhecidas internacionalmente no sentido da preservação (catalogação, conservação e divulgação) de suas coleções. Em 2001, o Arquivo do MAST preparou o *Guia de Fundos do Arquivo de História da Ciência*<sup>8</sup>, na qual utilizou-se a Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística - ISAD(G).

---

<sup>7</sup> OLIVEIRA, Maria & CARDOSO, Paulino L. *Inventário do Arquivo Euclides da Cunha*, Rio de Janeiro: ABL, 2003.

<sup>8</sup> Museu de Astronomia e Ciências Afins. *Guia de Fundos do Arquivo de História da Ciência do MAST*. Rio de Janeiro, MAST, 2001.

Orgão fundamental para as questões de arquivística no Brasil, o Arquivo Nacional, tornou pública, a partir de 1998, a primeira versão da tradução brasileira da ISAD (G). Quanto ao processamento técnico propriamente dito, o Arquivo Nacional, em seu sistema de descrição arquivística já adota a ISAD(G).

A Câmara Técnica de Normalização da Descrição Arquivística (CTNDA) do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) detectou algumas instituições que constroem seus sistemas em conformidade com a ISAD(G): Arquivo Público Mineiro, Arquivo Público do Paraná, Fundação Casa José Américo-PB, Memorial da Justiça-PE, Museu da República, UFF, Unicamp, BN, Fiocruz, o MAST já citado e, o próprio AN.

A partir de 2005 através da CTNDA, o CONARQ preparou e colocou para discussão, a primeira proposta de norma brasileira: NOBRADE (CONARQ.CTNDA, 2005, p.3).

## **Resultados obtidos**

### **a) Modelos descritivos para tratamento dos documentos não-textuais**

Para um acesso eficaz a um fundo fotográfico, pressupõe-se uma atividade de descrição conectada e conseqüente da atividade de arranjo que observando os padrões arquivísticos mantenha a relação orgânica deste material com a documentação textual referente à sua gênese, mas que proporcione a recuperação da informação, considerando-se um outro viés, a questão do pesquisador.

Então para propor uma metodologia descritiva adequada a esta finalidade, identificaram-se instituições arquivísticas ou similares, que desenvolvessem modelos descritivos que refletissem aquelas questões, desta forma o ‘trabalho de campo’ consistiu em visitas a 3 (três) instituições: dois arquivos públicos e, um centro de pesquisa e documentação para a memória e a história da ciência.

Em tais instituições: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ), Arquivo Nacional (AN), Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST) realizaram-se entrevistas com os responsáveis por projetos e ações de tratamento arquivístico, na busca de informações sobre a natureza do acervo, histórico do tratamento técnico, opções metodológicas e tecnológicas.

Observou-se *in loco* o funcionamento dessas atividades, a preparação dos instrumentos de pesquisa e / ou dos sistemas automatizados.

Terminado o ‘trabalho de campo’, ouvidas as experiências dos arquivistas, observadas as atividades de organização e as ações de recuperação nestes três órgãos, pode-se afirmar que: as duas instituições arquivísticas visitadas, AGCRJ e o Arquivo

Nacional, comungavam o mesmo fim, o de serem órgãos depositários da produção documental dos poderes executivo municipal e federal. Porém, o Arquivo Nacional também é responsável pelos documentos provenientes dos poderes legislativo e judiciário.

Com relação às diferenças, elas implicam não só nas propostas internas de estruturação organizacional que tratam o material escrito desvinculado do material chamado ‘especial’, mas também no tratamento aplicado aos acervos iconográficos [fotográficos], que no AGCRJ são baseados nos padrões da biblioteconomia, enquanto que o Arquivo Nacional normaliza seus trabalhos com a aplicação da norma ISAD(G) aos documentos textuais, entretanto com relação ao material não-textual, a descrição baseia-se numa combinação de padrões internacionais com os princípios do AACR2 e, com normas ISO e ABNT.

Já o Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST, distingue-se destas instituições, por gerenciar um acervo proveniente de instituições científicas e dos cientistas, sendo um referencial para a compreensão do surgimento e da institucionalização da ciência no Brasil, constituindo-se também em um laboratório de educação em ciências e difusor do conhecimento científico à nível de Brasil.

O MAST apesar de já implantar a Norma ISAD(G) nas suas atividades arquivísticas de descrição da documentação textual [nível de fundo], não usa do mesmo critério para a documentação fotográfica, onde usa padrões baseados na Biblioteconomia.

#### b) Uma proposta de arranjo para o Arquivo Souza-Araújo

O trabalho arquivístico reveste-se de suma importância e dentre suas etapas de importância, é imprescindível o estabelecimento dos fundos, séries, grupos, seções enfim, da montagem de um quadro de arranjo<sup>9</sup>. Esta fase permite a compreensão e aplicação de um princípio fundamental na arquivística: o ‘da proveniência’, a ela segue-se outra tarefa primordial e preparativa dos ‘meios de busca’: a descrição. “Existe uma relação entre essas duas funções, o arranjo e a descrição, porque enquanto se ordenam os documentos é possível apreender os fatos necessários à sua descrição (SCHELLENBERG, 1980, p. 96)”.

Tem-se conhecimento de que no Brasil, alguns autores elaboraram trabalhos relativos à descrição de documentos como por exemplo: Maria Amélia Porto Miguéis “*Roteiro para a elaboração de instrumentos de pesquisa em arquivos de custódia*” (1976);

---

<sup>9</sup> Arranjo é a “denominação tradicionalmente atribuída à classificação nos arquivos permanentes”. Por classificação, consideram “a sequência de operações que, de acordo com as diferentes estruturas, funções e atividades da entidade produtora, visam a distribuir os documentos de um arquivo”, Dicionário de Terminologia Arquivística, 1996, p.16.

Heloísa Bellotto: “*Arquivos permanentes: tratamento documental*” (2004), especificamente os capítulos *O sentido da descrição documental e O processo da descrição: instrumentos de pesquisa*, obra referencial para os profissionais e os estudantes de graduação e especialização na área de arquivos.

André Ancona Lopez recentemente atualizou o tema, com o manual “*Como descrever documentos de arquivo: elaboração de instrumentos de pesquisa*” (2003).

Para atender ao objetivo principal da pesquisa, concebeu-se uma proposta metodológica para o tratamento dos documentos fotográficos do Arquivo Souza-Araújo, a partir de um arranjo baseado no estudo das funções e atividades do titular.

As atividades técnicas de arranjo e descrição dos arquivos pessoais realizadas no Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz, a partir da década de 1990, tiveram como base metodológica os procedimentos adotados no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV).

No ‘Inventário’ de Souza-Araújo<sup>10</sup>, obteve-se a informação de que aquela documentação “recebeu arranjo preliminar e está dividida nas séries Produção Intelectual, Correspondência, Recortes de Jornais, Documentos Pessoais e Instituto Oswaldo Cruz”, onde o conteúdo documental exposto: fornece a explicação dos argumentos que originaram o modelo escolhido para a estruturação em séries deste arquivo.

Para o estabelecimento de uma nova concepção de tratamento para este arquivo foi então definido como procedimento metodológico inicial a realização de um levantamento cuidadoso do material textual e iconográfico, com base no próprio *Inventário analítico* e na *Cronologia* do titular.

Este fundo \_ Souza-Araújo \_ resultou da produção e acumulação de documentos gerados durante quarenta e nove anos de atividades do seu titular, no período de 1915-1962. A atuação de Souza-Araújo deu-se como cientista, docente em universidades ou no Curso de Aplicação do IOC como também em missões nacionais / internacionais, entretanto a maior parte de sua vida institucional foi dedicada ao Instituto Oswaldo Cruz.

O material referente a esse fundo consta de aproximadamente 2600 documentos textuais e 900 fotografias e, após um exame minucioso da documentação deste arquivo pessoal, conjuntamente com a pesquisa biográfica \_ que permitiram a compreensão da

---

<sup>10</sup> Inventário do Fundo Souza-Araujo. Rio de Janeiro, Casa de Oswaldo Cruz. Departamento de Arquivo e Documentação. Setor de Arquivos Pessoais e de Outras Instituições, 1998. P. 2.

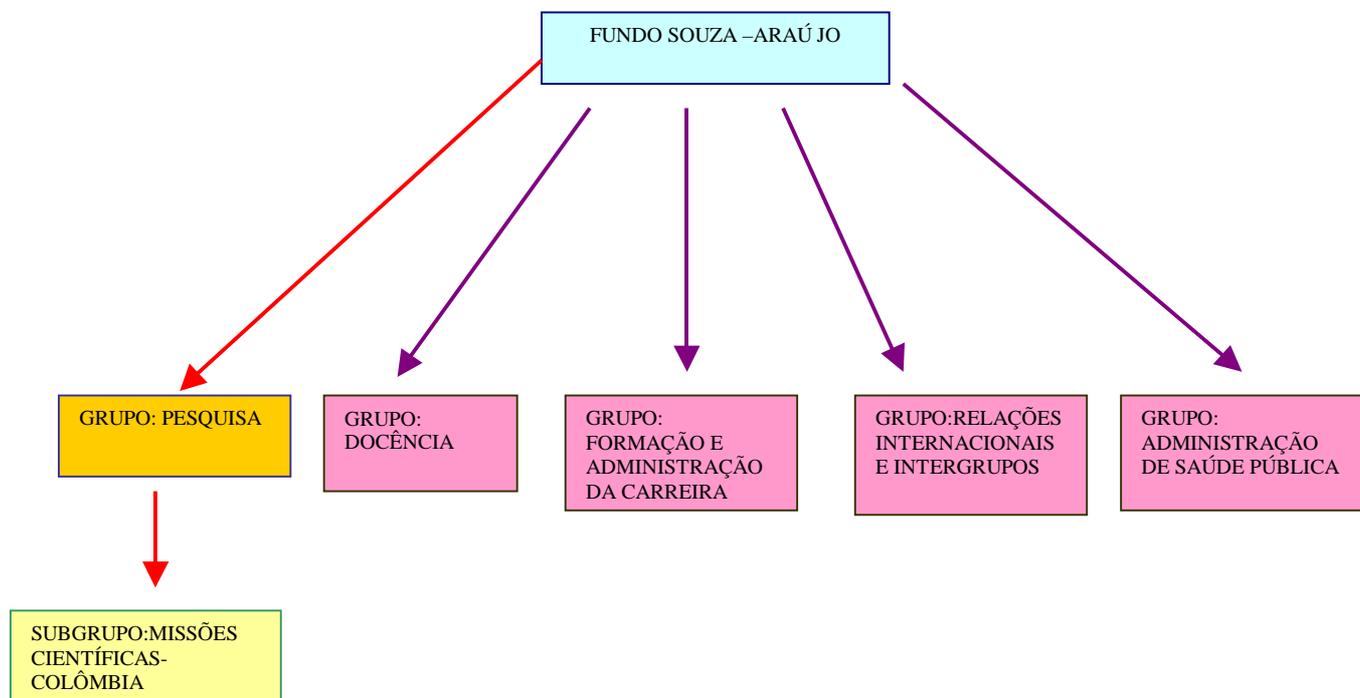
trajetória deste pesquisador e de suas funções \_ preparou-se de um **quadro** que exhibe as atividades do especialista:

QUADRO - Vida Profissional de Heráclides Cesar de Sousa-Araújo

ANO	INSTITUIÇÃO	SETOR	CARGO/FUNÇÃO
1910	Externato Maurell, Rio de Janeiro, DF	História Natural	Professor
1916-62	Instituto Oswaldo Cruz , Rio de Janeiro, DF	Laboratório de Leprologia; Curso de Leprologia; Curso de Aplicação do IOC	Estagiário; Assistente de pesquisador; Pesquisador; Chefe de Laboratório; Coordenador de Curso; Professor
1917-18	Governo do Estado do Paraná	Divisão de Profilaxia das Verminoses e da Malária	Comissionado / Chefe
1918-21	Ministério do Interior e Justiça	Departamento Nacional de Saúde Pública para o Combate à Peste nos Estados do Sul	Comissionado / Chefe
1920-24	Ministério da Educação e Saúde	Departamento Nacional de Saúde Pública: Combate à Peste nos Estados do Sul: nos Estados do Norte	Comissionado ; Chefe do Serviço de Saneamento Rural do Estado do Pará
1924-26	Fundação Rockefeller	-	Bolsista
1924-27	Ministério da Justiça e Negócios Interiores	Comissão de Estudo da Lepra no Estrangeiro	Pesquisador
1925	Departamento de Saúde Pública, New York City, EUA	Laboratório	Estagiário
1925-26	Departamentos de Leprologia dos Estados Unidos da América, Hawái, Filipinas, Índia	-	Estagiário
1931-52	Gov.Est. de S. Paulo; Royal Society Trop. Medicine, Londres		Chefia

Neste primeiro levantamento obteve-se a sistematização dos documentos que compõem o arquivo em um esforço de compreender as atividades exercidas pelo pesquisador e sua instituição. Ou seja, na correta concepção arquivística, “a classificação deve antes de tudo refletir a atividade do cientista, respeitando as unidades documentárias que representam as grandes categorias de documentos (SANTOS, 2002, p.112)”. Elaborou-se então, uma estrutura que define o 1º nível de arranjo dos documentos do arquivo com base nas principais funções desempenhadas pelo titular ao longo de sua vida profissional:

## Classificação do Fundo



A investigação, estudos minuciosos e sistemáticos, com o fim de descobrir ou estabelecer fatos ou princípios relativos a um campo qualquer do conhecimento, é a missão essencial dos órgãos / organizações dedicados à pesquisa.

No Brasil, estes órgãos / organizações abrigam-se no setor público, sendo imprescindível conhecer-se como se estruturam estas instituições, para quando se fizer necessário uma tarefa de classificação de seus papéis. Nas universidades e institutos de pesquisa do Brasil, vigora uma estrutura em três níveis:

- institutos ou faculdades (nas universidades) e centros ou institutos de pesquisa (fora da universidade);
- Departamentos;
- Laboratórios (SANTOS, 2002, p. 118).

A Fundação Oswaldo Cruz, insere-se nesta estrutura organizacional, com seus centros e institutos, dedicados à investigação e ao ensino no campo das ciências biomédicas, biológicas, da saúde pública e da pesquisa clínica. Ao observar a estrutura Classificação do Fundo, atentamos para o Grupo Pesquisa cuja nomeação reflete o perfil da instituição

no qual se insere o titular deste arquivo, o que permite maior detalhamento desta atividade:

#### QUADRO - Grupo Pesquisa

*Estudos relacionados com o estudo da lepra, o isolamento do bacilo da lepra, cultura e isolamento do Mycobacterium leprae (Coccothrix leprae), o tratamento eclético da lepra, a profilaxia da lepra, o tratamento chaulmoogrico da lepra, sobre o granuloma venéreo, malária, doenças de Chagas, ancilostomose, sífilis,*

ANO	INSTITUIÇÃO	SETOR	CARGO/FUNÇÃO
1916-62	Instituto Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, DF	-	Pesquisador
1919-26	Instituto Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, DF	-	Pesquisador; Assistente-adjunto
1924-27	Ministério da Justiça e Negócios Interiores	Comissão de Estudo da Lepra no Estrangeiro	Pesquisador
1926-52	Instituto Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, DF	Laboratório de Leprologia	Pesquisador e Chefe de Laboratório
1939	Ministério da Educação e Saúde	Missão científica à Colombia	Pesquisador
1945-56	Instituto Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, DF	Divisão de Microbiologia e Imunologia do Instituto Oswaldo Cruz conjuntamente com a Chefia da Seção de Bacteriologia	Pesquisador e Chefe de Divisão e de Seção

Entretanto o Grupo Pesquisa, que corresponde a uma função mais ampla do pesquisador, pode conter um subgrupo, que se intitulou Subgrupo Missões, com as ações e produção documental conseqüentes:

#### QUADRO - Fundo Souza-Araújo - Grupo Pesquisa - Subgrupo Missões Científicas/ Colômbia

Atividade	Documento (Séries)	Dossiês	Autoria (do titular, outros)	Data
Intercâmbio com outros cientistas	Conferências	La lucha antileprosa en el Brasil. Faculdade Nacional de Medicina de Bogotá, Colombia	Heráclides César de Souza-Araújo	Fevereiro 1939
		O tratamento eclético da lepra. Casa Médica, Lazareto Água de Dios, Colômbia	Idem	Março 1939
		Preventórios antileprosos. Instituto Lleras Acosta. Sociedad de Prevention Infantil de Bogotá, Colômbia	Idem	Março 1939
		La lucha antileprosa em Sud América. Colégio Nacional da Universidade Nacional do Litoral. Sociedad Médica de Santa Fé. Santa Fé de Bogotá, Colômbia	Idem	Mai 1939
Prestação de contas de atividades realizadas	Relatórios	Relatório de uma viagem de estudos ao redor da América do Sul. Observações médico-sanitárias.	Idem	Março 1941

QUADRO - Fundo Souza-Araújo - Grupo Pesquisa - Subgrupo Missões Científicas/ Colômbia- cont

Divulgação de observações e resultados de viagens	Artigos	La Lepra en Colombia. Encuestas Epidemiologicas. Lazareto de Caño de Loro. In: Heráclides César de Souza-Araújo. <i>Trabalhos sobre lepra, 1937-1944.</i>	Tomás Morales Muñoz; Mario Bernal Londoño; H. C. Souza-Araújo	1945
		Encuestas Epidemiologicas.. sobre los niños considerados sanos en el Lazareto de Água de dios	Mario Bernal Londoño; H. C. Souza-Araújo Manuel Medina	1939
		Sedimentación globular en la lepra	H. C. Souza-Araújo	1939
		Os preventórios anti-leproso da Colômbia. In: <i>Trabalhos sobre lepra, 1937-1944.</i>	H. C. Souza-Araújo	1945
		O ensino médico na Colômbia	Idem	1941
		La protección infantil en la profilaxis de la lepra	R. C. Tobar	1939
		Registro & situação dos serviços saúde pública	Fotografias	Lazareto Caño de Loro (63); Lazareto Agua de Dios (30)
Situação serviços de saúde pública	Publicações	Álbum das Organizações antileproso da alguns países sul-americanos (fotografias de 1939 a 1945)	Idem	1948
Resultados de pesquisa	Artigos	Trabalhos sobre Lepra, 1937-1944	Idem	1945

A partir dos quadros anteriores e seus desdobramentos, a possibilidade do arranjo deste Fundo fundamenta-se nas atividades e funções do seu titular fornecendo os subsídios para a contextualização da documentação fotográfica. Convém lembrar Heloisa Bellotto que reafirma que não devemos esquecer que os “arquivos devem ser classificados de maneira a refletirem claramente a organização e as funções que os produziram (*apud* SANTOS, 2002, p.125)”.

### Considerações finais

O estudo da cronologia e da biografia de Souza-Araújo, permitiu a contextualização dos documentos fotográficos produzidos e acumulados por este especialista, que agregado à sua trajetória institucional, ao estabelecimento dos objetivos dos mesmos, são fundamentais para a proposta de organização deste fundo.

Entretanto, em razão do grande volume de material (900 fotografias), foi necessário um ‘recorte’, definindo-se pelo material resultante da viagem deste pesquisador à Colômbia. Esta escolha deveu-se ao fato do conjunto registrar ‘uma missão especial de

estudos' e, com narrativas em relatório, álbum e artigos sobre a estadia do especialista com o intuito de ministrar cursos e verificar a situação da hanseníase naquele país.

Nesse estudo prospectivo de modelos mostrados associados à definição do Quadro de arranjo, verificou-se as características mais importantes que podem ser sistematizadas neste programa descritivo.

Para Theodore Schellenberg: “o arranjo e a descrição são funções que se confundem uma com a outra (1980, p. 96)”, mas esta atividade assim como todas as fases do trabalho arquivístico devem ser padronizadas de acordo com a orientação da Norma ISAD (G), portanto consensualmente, na determinação dos campos da ‘proposta de descrição’ para o Arquivo Souza Araújo, adotou-se a terminologia usada na ISAD(G).

Foi adotado seis campos são básicos:

- Área de Identificação - para os registros de dados identificadores e de controle do arquivo com informações como: Código de localização; Variações de título; Diversidades das datas; Nível de descrição escolhido para descrever o documento.
- Prioridade para os dados de Contexto de produção, com as anotações essenciais para a operação descritiva: Quadro de arranjo; Nome do produtor / acumulador; Indicações de responsabilidade (autoria); Histórico / Biografia.

Para os campos seguintes (2), aplicou-se a metodologia baseada no trabalho de Rodrigo Udo Zeviani et al. “um banco de dados de fotografias sobre a imigração alemã” para a Universidade Estadual de Maringá (UEM), Paraná, integrante do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC / CNPq). Esse autores, incorporaram o método preconizado por Erwin Panofsky do estudo de obras de arte ao qual combinaram os procedimentos arquivísticos e o modelo biblioteconômico.

Erwin Panofsky, historiador da arte norte-americano, em sua obra o *Significado nas artes visuais* de 1955, se propõe a diferenciar ‘iconografia de iconologia’, a ‘*iconografia*’: “descrição e classificação das imagens [...] ele concebe a ‘iconologia’ como uma iconografia interpretativa [...] a ‘iconologia’ torna-se um método de interpretação que advém da síntese mais do que da análise. (1955, p.54).

Naquele método examinam-se a obra de arte em três (3) níveis: descrição pré-iconográfica, análise iconográfica e interpretação iconológica, isto em sua metodologia de análise de obras visuais, Panofsky pensou nas etapas:

- primário ou natural: descrição pré-iconográfica, onde o equipamento é a própria experiência prática obtida pela familiaridade com objetos e eventos, o conhecimento da forma;
- secundário ou convencional: análise iconográfica, cujo equipamento pressupõe o

conhecimento de fontes referenciais, familiaridade com assuntos e conceitos específicos relacionadas com a idéia;

- intrínseco ou conteúdo: interpretação iconológica, cujo equipamento requer uma intuição sintética, pressupõe familiaridade com tendências essenciais da mente humana e, a visão de um mundo pessoal.(1955, p. 55-62)

Portanto na proposta, para o modelo descritivo para o Arquivo Souza-Araújo, consta um campo com informações de cunho pré-iconográfico, abordando a descrição do conteúdo; o evento ou o ‘por quê?’ da produção. No campo seguinte, o da análise iconográfica inclui-se o registro do ‘quando’ se deu o evento com destaque para os temas resultantes das pesquisas em bibliografia do assunto e nos dados contidos no próprio documento.

Finalmente a Área de Condições de Acesso e Uso, para as restrições ao uso e tipo de instrumento de acesso à documentação desejada, segue-se um campo para designar o suporte, dimensões, cor e, as informações relativas as Fontes Relacionadas.

A organização de fundos de arquivos, potencializa a recuperação e o uso da informação contida nos documentos textuais e não-textuais, pois reconstitui o contexto da produção destes documentos, ampliando a leitura do conteúdo informativo para além do que pode ser visualizado nas fotografias e agrega valor ao fundo documental, facilitando sua disponibilização à sociedade na forma de serviços e produtos.

### **Referências bibliográficas**

ANDRADE, Ana Célia; TESSITORE, Viviane. Elaboração de guias: a experiência de um centro de documentação universitário sobre movimentos sociais. In: *Anais do Congresso Brasileiro de Arquivologia: rumos e consolidação da arquivologia*, São Paulo, Associação dos Arquivistas Brasileiros - Núcleo regional de São Paulo, 1998. (CD-ROM)

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. *Arquivística: objetos, princípios e rumos*. São Paulo: Associação dos Arquivistas de São Paulo, 2002.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos permanentes : tratamento documental*. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2004.

BRANDÃO, Ana Maria de Lima; LEME, Paulo de Tarso R. D. Paes. Documentação especial em arquivos públicos. *Acervo. Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, v.1, n. 1, p. 51-59, jan.-jun. 1986.

CAMARGO, Ana Maria. Sobre o valor histórico dos documentos. *Revista do Arquivo do Município de Rio Claro*, n. 1, p. 11-7, 2003.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. Câmara Técnica de Normalização da Descrição Arquivística. *Norma brasileira de descrição arquivística-Nobrade 1*. Versão preliminar. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional / CONARQ / CTNDA, 2005. 82 p.

FONSECA, Vitor Manoel Marques da. A normalização da descrição arquivística: avanços internacionais e a situação do Brasil. In: MESA Redonda Nacional de Arquivos, 1999, Rio de Janeiro. *Anais eletrônicos*, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000. Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br>. Acesso em 30/04/2004.

HEREDIA HERRERA, Antonia. *El principio de procedencia y otros principios de la Archivística*, São Paulo: Associação dos Arquivistas de São Paulo, 2003. (Scripta,5).

LOPEZ, André Porto Ancona. *As razões e os sentidos. Finalidades da produção documental e interpretação de conteúdos na organização arquivística de documentos imagéticos*. [tese de doutorado]. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas / USP; 2000.

LOPEZ, André Porto Ancona. *Como descrever documentos de arquivo: elaboração de instrumentos de pesquisa*. São Paulo: Arquivo do Estado, 2003

LOPEZ, André Porto Ancona. *Tipologia documental de partidos e associações políticas brasileiras*. São Paulo: Edições Loyola; 1999. (Série Teses).

MIGUÉIS, Maria Amélia Porto. Roteiro para a elaboração de instrumentos de pesquisa em arquivos de custódia. *Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro, 5 (2): 7-20, ago. 1976.

MULLER, Samuel; FEITH, Johan Adriaan; FRUIN, R. *Manual de arranjo e descrição de arquivos, preparado pela Associação dos Arquivistas Holandeses*. Trad. Manoel A. Wanderley. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1960.

PAES, Marilena Leite. *Arquivo: teoria e prática*. 3.ed. rev. ampl. reimp. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2004.

PANOFSKY, Erwin. *Significado nas artes visuais [Meaning in the Visual Arts]* Trad. Maria Clara F. Kneese e J. Guinsburg. 3. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1955.

SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. *Entre o laboratório, o campo e outros lugares: gênese documental e tratamento técnico em arquivos de cientistas* [Dissertação de Mestrado]. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 2002

SHELLENBERG, Theodore Roosevelt. *Arquivos modernos: princípios e técnicas*. Trad. Nilza Teixeira Soares. 3.ed. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas; 2004.

SHELLENBERG, Theodore Roosevelt. Documentos públicos e privados: arranjo e descrição. Tradução de Manoel Adolfo Wanderley. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1980.

ZEVIANI, R. U. et al. *Álbum de fotos sobre a imigração alemã do início do século XX como fonte para a pesquisa histórica* / Rodrigo Udo Zeviani ; João F. Bertanha ; André P. A Lopez ; Darcilene S. Rezende. Artigo contendo os resultados finais do Projeto de Iniciação Científica vinculado ao PIBIC/CNPq - UEM. Maringá, PR, 2003.